

O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR DA PARAÍBA (ST 11)

Andresa Montenegro Lima

Universidade Federal de Pernambuco, Doutoranda em Desenvolvimento Urbano | andresamlima@gmail.com

Jonnas Costa da Silva

Universidade Estadual da Paraíba, Mestrado em Desenvolvimento Regional | jonnascsg@gmail.com

Renato Régis Pinheiro Medeiros de Araújo

Universidade Federal de Pernambuco, Mestrado em Desenvolvimento Urbano | renatoregis.araujo@gmail.com

Sessão Temática 11: Espaços e diferenças: gênero, raça, etnia e diversidade

Resumo: Na Paraíba, o setor agrícola tem mostrado um desempenho significativo nos últimos anos, ampliando sua participação econômica. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar predomina entre os estabelecimentos agrícolas estaduais. No entanto, surgem lacunas importantes, especialmente no acesso à assistência técnica e nas desigualdades de gênero. Embora as mulheres desempenhem papel ativo na cadeia produtiva, ainda enfrentam disparidades em relação às horas trabalhadas, remuneração e acesso a direitos trabalhistas. O projeto “Bom é na Feira” tem expandido sua atuação, promovendo também o protagonismo feminino. Este artigo visa analisar a participação das mulheres nos eventos de capacitação técnica realizados pelo projeto em 2024. Os resultados indicam a necessidade de aprofundar as discussões sobre gênero na agricultura, com base em dados coletados em onze cidades. As respostas reforçam os desafios já apontados, como a desvalorização do trabalho feminino e o desconhecimento das políticas públicas setoriais, além de destacar a mobilização de grupos que geram oportunidades e promovem a solidariedade entre as mulheres do campo.

Palavras-chave: Desigualdade de gênero; Políticas Públicas; Bom é na Feira; Planejamento Regional.

THE PROTAGONISM OF WOMEN IN FAMILY FARMING IN PARAÍBA

Abstract: In Paraíba, the agricultural sector has shown significant performance in recent years, expanding its economic participation. According to the 2017 Agricultural Census, family farming predominates among the state's agricultural establishments. However, important gaps arise, especially in access to technical assistance and gender inequalities. Although women play an active role in the production chain, they still face disparities in terms of hours worked, remuneration, and access to labor rights. The "Bom é na Feira" project has expanded its activities, also promoting female leadership. This article aims to analyze the participation of women in the technical training events organized by the project in 2024. The results indicate the need to deepen discussions on gender in agriculture, based on data collected in eleven cities. The responses reinforce the challenges already identified, such as the undervaluation of women's work and the lack of knowledge about sectoral public policies, as well as highlighting the mobilization of groups that create opportunities and promote solidarity among rural women.

Keywords: Gender Inequality; Public Policies; Bom é na Feira; Regional Planning.

EL PROTAGONISMO DE LAS MUJERES EN LA AGRICULTURA FAMILIAR DE PARAÍBA

Resumen: En Paraíba, el sector agrícola ha mostrado un desempeño significativo en los últimos años, ampliando su participación económica. Según el Censo Agropecuario de 2017, la agricultura familiar predomina entre los establecimientos agrícolas estatales. Sin embargo, surgen importantes brechas, especialmente en el acceso a asistencia técnica y en las desigualdades de género. Aunque las mujeres juegan un papel activo en la cadena productiva, aún enfrentan disparidades en cuanto a las horas trabajadas, la remuneración y el acceso a los derechos laborales. El proyecto "Bom é na Feira" ha ampliado su actuación, promoviendo también el protagonismo femenino. Este artículo tiene como objetivo analizar la participación de las mujeres en los eventos de capacitación técnica organizados por el proyecto en 2024. Los resultados indican la necesidad de profundizar las discusiones sobre género en la agricultura, basándose en datos recopilados en once ciudades. Las respuestas refuerzan los desafíos ya señalados, como la desvalorización del trabajo femenino y el desconocimiento de las políticas públicas sectoriales, además de destacar la movilización de grupos que generan oportunidades y promueven la solidaridad entre las mujeres rurales.

Palabras clave: Desigualdad de género; Políticas públicas; Bom é na Feira; Planificación Regional.

INTRODUÇÃO

Que tipo de agricultura pode atender às necessidades alimentares futuras sem comprometer a sustentabilidade ambiental? Apesar do crescimento de sistemas agrícolas de larga escala, impulsionados pelo agronegócio global, esses modelos frequentemente geram sérios impactos ambientais. Alternativas promissoras incluem a agroecologia e a agricultura familiar, que, embora enfrentem desafios históricos como a concentração fundiária na América Latina, possuem potencial para promover sustentabilidade e segurança alimentar, desde que recebam apoio para garantir rendimentos e investimentos necessários (Couto, Dufumier & Reis, 2013).

A agricultura familiar destaca-se pela gestão direta dos agricultores, que possuem conhecimento dos territórios e autonomia para se adaptarem a mudanças ambientais e econômicas. Esse modelo contribui para reduzir o desemprego e o êxodo rural, priorizando o trabalho humano sobre a mecanização. Diferentemente dos capitalistas, que visam maximizar lucros, os agricultores familiares investem em suas propriedades para melhorar sua qualidade de vida. A agricultura familiar, enraizada nos territórios, promove a fertilidade do solo e a sustentabilidade dos agroecossistemas, em contraste com os desequilíbrios ecológicos causados pela monocultura em grandes explorações. Baseia-se em um conhecimento detalhado do ambiente local, acumulado e transmitido ao longo de gerações, e caracteriza-se pelo respeito ao meio ambiente (Couto, Dufumier & Reis, 2013).

A produção agropecuária tem um impacto expressivo e multifacetado na economia brasileira, contribuindo de maneira significativa para a geração de empregos ao longo de toda a cadeia produtiva (Fornazier, Cruz & Souza, 2024). Em 2023, o setor gerou 28,3 milhões de postos de trabalho (CEPEA & CNA, 2023), e experimentou uma crescente participação no Produto Interno Bruto (PIB) dos estados e na economia nacional (IBGE, 2024). Segundo Delgado (2012), os ajustes econômicos e sociais que ocorreram no país durante a década de 1980 contribuíram para o reconhecimento público da existência de “duas agriculturas”: o agronegócio e a agricultura familiar. Embora não sejam estanques ou independentes, ambos os setores disputam políticas públicas e apresentam diferentes concepções sobre o significado de desenvolvimento rural, sustentabilidade ambiental e democratização da economia. Essas diferenças se refletem nas suas reivindicações e nos projetos políticos aos quais estão vinculados (*ibid.*, 2016).

Neste artigo, com foco na agricultura familiar e no desenvolvimento econômico e territorial no Brasil, destaca-se que essa forma de produção começou a conquistar legitimidade social e política a partir da década de 1990 (Aquino, Alves & Vidal, 2020). Esse reconhecimento impulsionou avanços significativos em políticas públicas de apoio ao setor ao longo dos anos. Delgado (2012) destaca que, entre 2003 e 2010, ocorreram progressos significativos na institucionalização de medidas voltadas para os segmentos historicamente marginalizados do meio rural. Esse período resultou na criação de marcos legais relevantes, como a Lei da

Agricultura Familiar (Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006)¹ e a Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) (Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010).

Dessa forma, a agricultura familiar pode ser definida como as atividades agrícolas realizadas em pequenos estabelecimentos rurais, onde a mão de obra é majoritariamente fornecida pela própria família, que também assume a gestão das atividades econômicas (Brasil, 2006). Esse modelo de agricultura atende às demandas internas dos mercados tradicionais brasileiros, destacando-se especialmente na produção de hortaliças e frutas. Além disso, opera em “cadeias curtas e redes alimentares alternativas, com foco na qualidade e na sustentabilidade da produção” (Santos & Silva, 2022, p. 31).

Por outro lado, o agronegócio é descrito por Delgado (2012) como um bloco econômico e de poder extenso e internacionalizado, abrangendo atividades agrícolas e agroindustriais voltadas principalmente para o mercado externo. Esse setor inclui produtores e empresários, latifundiários, além de segmentos industriais e financeiros, nacionais e estrangeiros. As diferenças entre agronegócio e agricultura familiar são evidentes na escala e abrangência produtiva, como apontam os dados do Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essas diferenças também se refletem no acesso ao crédito e na capacidade de promover a otimização da produção, que está fortemente associada à inserção em sistemas produtivos avançados, com o uso de tecnologia, ferramentas e máquinas agrícolas (Pereira & Castro, 2022; Mello, 2024).

Embora este artigo não pretenda esgotar o debate, é essencial reconhecer as diferenças inerentes aos dois modelos, especialmente no que se refere ao acesso às políticas públicas setoriais e às desigualdades regionais. Esses aspectos indicam um Brasil rural diverso e heterogêneo (Fornazier, Cruz & Souza, 2024). Nesse contexto, o papel da agricultura familiar torna-se ainda mais relevante, considerando que o Nordeste abriga 47,2% dos estabelecimentos dessa categoria no Brasil. Essa importância se evidencia tanto na cadeia de produção de alimentos e matérias-primas, com cerca de 80% dos estabelecimentos da região classificados como agricultura familiar, quanto no enfrentamento da vulnerabilidade social no campo, onde o setor absorve 4,7 milhões de trabalhadores (IBGE, 2019; Aquino, Alves & Vidal, 2020).

Essa realidade também se verifica na Paraíba, localizada no semiárido brasileiro, onde o Censo Agropecuário de 2017 indica que 76% dos estabelecimentos agropecuários estão vinculados à agricultura familiar (IBGE, 2019). Apesar de representar apenas 4,4% da economia estadual, o setor primário segue uma tendência de expansão, registrando o maior crescimento entre os setores econômicos em 2022, com um aumento de 9,6% (IBGE, 2024). Essa expansão pode estar relacionada à mitigação de lacunas significativas na capacidade produtiva e na concentração de terras (Delgado, 2012; Aquino, Alves & Vidal, 2020).

Políticas públicas como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) visam atender a essas necessidades, oferecendo subsídios e financiamentos para a produção, além de garantir a compra dos

produtos das propriedades rurais. No entanto, a literatura aponta a existência de gargalos que limitam a capacidade transformadora dessas políticas, ressaltando a importância de um desenho adequado das mesmas, que favoreça processos de avaliação e ajustes contínuos, garantindo a sua continuidade e valorização (Aquino, Alves & Vidal, 2020; Fornazier, Cruz & Souza, 2024).

No contexto paraibano, o Projeto “Bom é na Feira”, lançado em 2019, surgiu como uma iniciativa para impulsionar o desenvolvimento econômico em Campina Grande – PB, tendo como ponto central a Feira Central da cidade. Em sua primeira edição, o projeto integrou estratégias de valorização da produção local com a promoção de atrações culturais, realizadas em um espaço cultural criado especificamente para esse propósito. O objetivo era dinamizar o mercado, atrair novos públicos e capacitar os feirantes em diversas áreas, como empreendedorismo, atendimento ao cliente, diversificação de métodos de pagamento – incluindo pagamentos digitais – e novas abordagens para a comercialização de produtos.

Apesar do impacto da pandemia de COVID-19, o programa adaptou suas ações para plataformas digitais, garantindo a continuidade das atividades e retomando os encontros presenciais assim que as condições sanitárias permitiram. Em 2022 e 2023, foram realizadas edições com o mesmo formato, focadas em cultura e desenvolvimento econômico, em Campina Grande, João Pessoa, Bananeiras, Itaporanga e Monteiro.

Em 2024, o “Bom é na Feira” ampliou significativamente seu alcance, deixando de se concentrar apenas em Campina Grande e expandindo suas ações para 32 municípios paraibanos, com apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e da Secretaria do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca do Estado da Paraíba (SEDAP). Essa expansão resultou na criação de um Circuito Agro que percorreu diversas cidades do estado, promovendo melhorias na infraestrutura das feiras locais em 32 eventos. Além disso, foram oferecidas capacitações e palestras direcionadas aos participantes do setor agrícola em todas as cidades envolvidas. A ampliação do projeto consolidou seu papel estratégico no fortalecimento da agricultura familiar e na dinamização da economia rural da Paraíba.

O “Bom é na Feira” destaca a criação da pauta “Mulheres do Agro”, que ganhou espaço nos eventos por meio de palestras e encontros dedicados. A presença feminina foi notável em diversos setores, como caprinovinocultura, horticultura, artesanato, pecuária, apicultura e meliponicultura, entre outros. Inicialmente, a equipe do projeto propôs, em um dos eventos, um encontro para discutir as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no setor. No entanto, devido às demandas locais, essa pauta passou a ser requisitada pela Secretaria do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (SEDAP) em cada edição, consolidando-se como parte integrante das programações, além das capacitações oferecidas pelo programa.

O intuito era fortalecer os laços com a comunidade feminina local, dando voz às mulheres para compartilhar suas experiências e desafios no setor. No entanto, emergiu outra necessidade: quantificar essa participação por meio de dados específicos, já que as informações disponíveis eram genéricas e não refletiam a realidade da mulher na agricultura

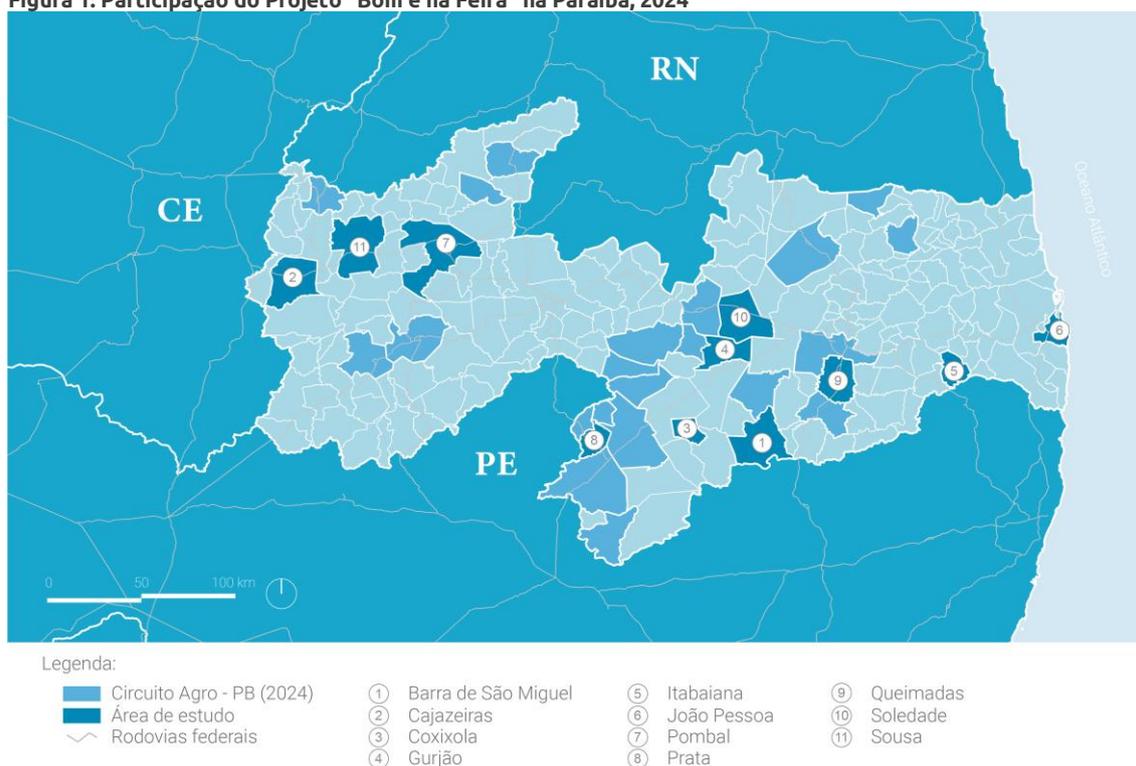
familiar da Paraíba. Com isso, foi elaborado um questionário para compreender melhor o papel feminino na cadeia produtiva, destacando suas lutas e contribuindo para a formulação de políticas públicas e o desenvolvimento econômico do estado. A pesquisa foi projetada com a perspectiva de continuidade, utilizando o “Bom é na Feira” como plataforma para coletar dados ao longo do tempo, visando a construção de uma base mais robusta e detalhada sobre o setor.

Além de identificar e caracterizar o público feminino na agricultura familiar da Paraíba, a proposta do “Bom é na Feira” vai além da simples coleta de dados: busca-se ampliar o debate sobre gênero, que ganha importância crescente, especialmente diante das incertezas enfrentadas pelas novas gerações que buscam alternativas para a vida no campo. Embora as mulheres representem apenas 25% das responsáveis por estabelecimentos rurais na Paraíba (IBGE, 2019), elas frequentemente lideram iniciativas voltadas à ampliação dos processos de adaptação da cadeia produtiva e à implementação de estratégias de adaptação climática (Clar, 2019).

A assistência técnica, além de beneficiar as propriedades rurais e ampliar mercados, torna-se indispensável diante do baixo nível médio de capacitação dos agricultores. No Nordeste, 90% dos produtores possuem escolaridade inferior ao ensino fundamental, menos de 5% concluíram o ensino médio ou técnico, e apenas 1% alcançou o ensino superior (IBGE, 2019). Essa baixa qualificação acarreta consequências, como a adoção de práticas inadequadas no processo produtivo, perdas na produção, redução de rendimento e pouca ou nenhuma utilização de tecnologia (Castro & Pereira, 2017). É nesse contexto que o Projeto “Bom é na Feira” buscou atuar, ampliando a oferta de assistência técnica nos eventos municipais de agricultura familiar da Paraíba.

Considerando a importância da agricultura para a geração de riqueza e empregos na Paraíba, bem como a necessidade de discutir as relações de gênero no setor, este artigo tem como objetivo principal analisar a participação das mulheres nos eventos de capacitação técnica promovidos pelo “Bom é na Feira” em 2024. O estudo foca nos eventos realizados nas cidades de Barra de São Miguel, Cajazeiras, Coxixola, Gurjão, Itabaiana, João Pessoa, Pombal, Prata, Queimadas, Soledade e Sousa. É importante salientar que a pesquisa foi aplicada quando o programa já estava em andamento, a partir da necessidade identificada no meio do processo. Por isso, houve a pesquisa em uma amostra de 11 eventos realizados, do total de 32 (Figura 1).

Figura 1: Participação do Projeto "Bom é na Feira" na Paraíba, 2024



Fonte: os autores.

O artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. A segunda seção oferece uma breve contextualização sobre a importância da agricultura familiar para a geração de riquezas e empregos na Paraíba, destacando as especificidades do setor, as lacunas existentes e as discussões de gênero. A terceira seção apresenta a metodologia adotada na pesquisa, detalhando a aplicação de questionários e o uso de dados oficiais sobre a produção agropecuária no contexto estudado. Os resultados são apresentados e discutidos na quarta seção. Por fim, a última parte traz considerações sobre o "Bom é na Feira" e a necessidade de endossar políticas públicas setoriais, com ênfase no protagonismo das mulheres no campo e planejamento regional.

REFERENCIAL TEÓRICO

OS DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, 76,8% dos estabelecimentos rurais brasileiros se enquadram no modelo de agricultura familiar. No Nordeste, esse percentual chega a 79,2%, enquanto na Paraíba é de 76,9%, o que representa aproximadamente 163 mil estabelecimentos (IBGE, 2019). Esses números destacam a importância de garantir a continuidade dessa cadeia produtiva essencial para o estado. Entre 2006 e 2017, houve uma redução de 15,2% no número de estabelecimentos familiares na Paraíba, passando de 148.069 para 125.489. Em 2017, 73,4% dos 424.116 trabalhadores da agropecuária estavam

empregados em unidades familiares, que contribuíram com 44,5% das receitas dos estabelecimentos agropecuários do estado (IBGE, 2019).

Entre os produtores familiares na Paraíba, 53% têm 55 anos ou mais, enquanto entre os não familiares esse índice é de 26%. Isso indica que a aposentadoria não é suficiente para suprir as necessidades das famílias, obrigando muitos a continuar trabalhando em idade avançada. Além disso, as mulheres lideram mais estabelecimentos nas faixas etárias abaixo de 45 anos, tanto em unidades familiares quanto não familiares, possivelmente refletindo o impacto da migração no estado (Targino & Moreira, 2017).

No Sertão da Paraíba, a agricultura é predominantemente voltada para pequenas propriedades de subsistência, com destaque para o cultivo de milho, feijão e mandioca. Contudo, a seca persistente dessa mesorregião exige o acesso constante a créditos para a implementação de tecnologias adaptativas às adversidades climáticas do semiárido. Já no Brejo paraibano, com clima mais favorável, há maior potencial para diversificação agrícola, especialmente na fruticultura, com ênfase no abacaxi e na banana, além do crescimento da agricultura orgânica e agroecológica. No Cariri paraibano, a agricultura familiar desempenha um papel essencial na economia local, destacando-se a caprinovinocultura em cidades como Prata, Sumé, Serra Branca e Gurjão. No Agreste da Paraíba, predominam a agricultura de subsistência e a produção de hortaliças, com polos de produção próximos aos maiores centros urbanos, facilitando a comercialização dos produtos da agricultura familiar (Oliveira, 2024).

Segundo Hora, Nobre & Butto (2021), as políticas agrícolas sempre foram influenciadas pelas informações geradas pelos censos, que, por sua vez, também refletiram, em muitos casos, as demandas dos formuladores dessas políticas. Um exemplo claro disso é a agricultura familiar, que, até então, não era reconhecida pelos censos, os quais segmentavam os estabelecimentos com base no tamanho da área total, na área de colheita e no número de animais. No entanto, após o lançamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1995, a agricultura familiar passou a ser incluída nos censos. As informações geradas contribuíram significativamente para o aprimoramento do programa, fortalecendo um grupo de produtores que, até então, havia permanecido, em grande parte, à margem das políticas agrícolas.

Apesar da existência de programas de fortalecimento da agricultura familiar, a principal dificuldade dos trabalhadores ainda está no acesso ao crédito. De acordo com o Censo (IBGE, 2019), apenas 16% dos estabelecimentos obtiveram algum financiamento naquele ano, sendo que menos da metade veio de ações governamentais. Entre os programas governamentais, o Pronaf foi o mais frequente, com quase 9 mil financiamentos, o que corresponde a 71%. De maneira geral, essas informações indicam que apenas 10% dos estabelecimentos buscaram financiamento de âmbito federal (IBGE, 2019).

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, o cenário de acesso ao crédito no país é bastante heterogêneo. Poucos produtores com áreas entre 0 e 1 hectare, e entre 1 e 4

hectares, conseguem obter crédito. As pequenas propriedades, que somam mais de 1,3 milhão de estabelecimentos, têm uma taxa de acesso ao crédito variando entre 8% e 11%. Os produtores do Sul se destacam como os que mais acessam crédito, com 29% dos agricultores familiares da região obtendo financiamento, enquanto no Nordeste esse percentual é de apenas 12,6% (Souza & Albuquerque, 2023).

As disparidades que afetam a agricultura familiar não se limitam ao acesso ao crédito, estendendo-se também à falta de tecnologias que possibilitem a ampliação da capacidade produtiva. De acordo com Pereira e Castro (2022), é fundamental expandir o uso de técnicas e práticas que otimizem a produção dos estabelecimentos, especialmente no Nordeste, uma região que enfrenta a constante necessidade de adaptação a situações adversas, como a escassez de água e as secas prolongadas.

Há uma série de fatores que influenciam o baixo nível tecnológico presente nas propriedades familiares. Entre eles, destacam-se o tipo de organização social, o acesso limitado a informações, a escassez de mão de obra, a infraestrutura inadequada e o tamanho e a localização reduzidos das propriedades. Cada uma dessas dificuldades impacta diretamente os resultados econômicos dos estabelecimentos rurais, sem contar a interação entre elas, que amplifica os efeitos negativos (Buainain *et al.*, 2007). A inserção nos mercados pode aumentar o bem-estar e diversificar o acesso a bens de consumo, mas, ao mesmo tempo, pode expor os agricultores familiares aos desafios derivados da flutuação de preços e das condições desiguais de poder no mercado (Bittencourt, 2020).

Essa situação representa um grande desafio, especialmente quando a produção ocorre em pequena escala. Com vistas ao desenvolvimento, o principal desafio dos agricultores familiares é melhorar sua inserção nos mercados locais, por meio da inovação, adoção de tecnologias e criação de redes sociotécnicas e cooperativas. Antes de tudo, é necessário desmistificar a ideia de que a agricultura familiar é apenas uma atividade de subsistência, desassociada ao planejamento regional e voltada exclusivamente para o consumo da família, e superar as barreiras que dificultam a transformação do agricultor familiar em um empreendedor rural (Bittencourt, 2020).

Embora a agricultura familiar ainda esteja em processo de valorização e capacitação técnica e tecnológica, com incentivos políticos e fiscais em desenvolvimento (Delgado, 2012; Pereira & Castro, 2022), as mulheres produtoras enfrentam uma dupla dificuldade: além de estarem inseridas em um contexto historicamente desvalorizado, em comparação aos grandes produtores, elas enfrentam ainda os desafios de gênero que se estendem ao campo, afetando sua inserção social de maneira justa e igualitária (Schwendler, 2020; Hirata & Kergoat, 2020; Hora, Nobre & Butto, 2021).

A AGRICULTURA FAMILIAR SOB A PERSPECTIVA DO GÊNERO

Qual dado estatístico melhor representa as desigualdades de gênero? Atualmente, segundo Hora, Nobre & Butto (2021), os indicadores comumente utilizados para mensurar o mundo

do trabalho e a produção de riqueza, muitas vezes, não consideram a mulher como sujeito econômico ativo. Identificar e mensurar as diferenças entre os sujeitos que movimentam a economia é essencial para ampliar a reflexão sobre as desigualdades de gênero no mercado de trabalho. À medida que dados sobre essas realidades se tornam mais evidentes, é possível elaborar e implementar políticas públicas voltadas para o enfrentamento das vulnerabilidades e desigualdades enfrentadas pelas mulheres.

As análises agropecuárias com enfoque de gênero ainda são recentes, apesar da reconhecida contribuição das mulheres na produção agroalimentar, agroecológica, sustentável e em iniciativas de economia solidária. Persiste, no entanto, a visão de que o papel feminino no campo é apenas complementar ao trabalho masculino (Schwendler, 2020). Segundo Hora, Nobre & Butto (2021), é essencial desenvolver dados que evidenciem as principais atividades desempenhadas pelas mulheres, como a geração de renda, o tempo dedicado às tarefas rurais e a identificação de vulnerabilidades, especialmente no que se refere à baixa remuneração. Esses dados são fundamentais para compreender e enfrentar as desigualdades de gênero no meio rural, especialmente quando se considera o planejamento regional.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) representaram um avanço significativo na agenda de gênero ao estabelecer metas voltadas para o empoderamento feminino (Aguiar *et al.*, 2024). Essa iniciativa foi reforçada pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o 5º objetivo, que promove a igualdade de gênero e influencia os outros 16 ODS. No Censo Agropecuário de 2017, a inclusão da variável “gênero” entre os responsáveis pelos estabelecimentos e a população ocupada foi um passo importante para caracterizar a condição das mulheres. No entanto, essa abordagem ainda é limitada, pois captura apenas parcialmente o papel daquelas que detêm poder de decisão e gerenciam os estabelecimentos. Além disso, as atividades econômicas frequentemente desempenhadas por mulheres no campo foram excluídas, dificultando uma análise mais completa sobre sua contribuição e condições de trabalho.

Nos estabelecimentos de agricultura familiar, as mulheres ocupavam 19,7% dos cargos de direção, com destaque para a região Nordeste, que superou a média nacional, alcançando 24,3% (IBGE, 2019). Em relação à cor e raça, as mulheres negras lideravam 62% dos estabelecimentos no Brasil. No Nordeste, 61% das mulheres que dirigiam estabelecimentos eram negras, representando 24% do total de negócios chefiados por mulheres na região (*ibid.*, 2019).

O estudo de Hora, Nobre & Butto (2021) destaca, além da direção, a importância da codireção nos estabelecimentos agropecuários. De acordo com o Censo, 60% dos estabelecimentos eram chefiados por homens, enquanto apenas 6% eram liderados por mulheres. No entanto, entre os 3.038.303 estabelecimentos chefiados por homens, 20% (1.029.640) contavam com coprodução. Esses dados sugerem que a participação real das mulheres na gestão dos estabelecimentos pode estar subestimada, uma vez que muitas vezes elas compartilham a

direção com seus cônjuges, mas não são reconhecidas nas estatísticas devido ao registro de um homem como responsável principal.

Além da desigualdade nas tarefas e do reconhecimento limitado do papel feminino na produção agropecuária, observa-se também uma disparidade no acesso das mulheres à orientação técnica qualificada. Apenas 12,2% das mulheres envolvidas na agricultura familiar no Brasil receberam algum tipo de instrução técnica, com a situação sendo um pouco mais favorável na região Nordeste, onde o índice chega a 20,2%. Nesse contexto, destaca-se a importância da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como uma política pública nacional voltada à agricultura familiar, com investimentos direcionados à assistência técnica. Na região Nordeste, a assistência técnica fornecida pelos governos federal, estadual e municipal representa 15,1% do total (Hora, Nobre & Butto, 2021), evidenciando lacunas significativas nessa área.

Nos estabelecimentos dirigidos por mulheres, a produção é predominantemente voltada para o consumo próprio, com apenas 22,1% desses estabelecimentos gerando maior renda a partir da produção. A participação das mulheres no autoconsumo também é evidenciada pelos dados das Pesquisas Nacionais por Amostragem Domiciliar (PNAD), que indicam que 33,7% dos trabalhadores não remunerados na agricultura eram mulheres. Além disso, elas representavam 46,6% do total de pessoas ocupadas na agricultura voltada para a produção de autoconsumo (Melo & Di Sabbato, 2009).

Em relação à qualidade de vida e ao número de horas trabalhadas, as mulheres dedicam quase o mesmo número de horas que os homens, embora muitas vezes precisem dividir seu tempo entre as atividades profissionais, o trabalho doméstico e os cuidados com a família. Além disso, elas ainda enfrentam desigualdade salarial. De acordo com a PNAD de 2017, o rendimento médio dos homens foi de R\$ 2.410,00, enquanto o das mulheres foi de R\$ 1.868,00 (IBGE, 2018).

A assimetria histórica entre homens e mulheres é amplamente discutida (Medeiros & Pinheiro, 2018; Hirata & Kergoat, 2020; Schwendler, 2020) e tem ganhado crescente visibilidade, especialmente após a implementação das metas de igualdade de gênero nos ODS. No contexto rural, essa disparidade se torna ainda mais preocupante. Com o objetivo de analisar essa realidade na Paraíba, esta pesquisa elaborou um questionário, aplicado durante eventos do Projeto “Bom é na Feira” no Circuito Agro, e respondido exclusivamente por mulheres envolvidas em atividades que contribuem para o desenvolvimento econômico local. A pesquisa visou compreender o papel das mulheres na cadeia produtiva, avaliando se elas ocupam posições de protagonismo ou permanecem invisibilizadas dentro de empreendimentos familiares, onde muitas vezes não recebem remuneração condizente com a qualidade e o tempo dedicados ao trabalho. Além disso, o questionário buscou identificar a inserção das mulheres em associações e cooperativas locais, bem como sua familiaridade com políticas públicas voltadas para o fortalecimento das produtoras rurais.

METODOLOGIA

Com base nas contribuições de Hora, Nobre & Butto (2021), que destacam o desafio de construir indicadores que capturem a contribuição social da mulher no mundo rural. No trabalho "As Mulheres no Censo Agropecuário 2017", as autoras destacam como a ausência de dados aprofundados pode invisibilizar o papel da mulher no campo. Com o intuito de contribuir para essas discussões no contexto paraibano, a metodologia deste estudo compreendeu três etapas principais: (i) aplicação de questionários; (ii) sistematização e análise das informações; (iii) caracterização da área de estudo, que serão detalhadas a seguir.

APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS

Para coletar informações sobre as participantes dos cursos e palestras promovidos pela 4ª edição do Projeto "Bom é na Feira", foi elaborado um questionário voltado para mulheres que atuam diretamente na cadeia produtiva agropecuária, abrangendo desde a produção até atividades de apoio e suporte. A área de estudo abrange algumas cidades inseridas no circuito de feiras de agronegócios da Paraíba, realizado anualmente entre os meses de março e dezembro. As cidades que compõem o recorte desta pesquisa, em ordem alfabética, são: Barra de São Miguel, Cajazeiras, Coxixola, Gurjão, Itabaiana, João Pessoa, Pombal, Prata, Queimadas, Soledade e Sousa.

O questionário inclui perguntas objetivas e subjetivas, proporcionando uma maior interação das participantes com os temas abordados. Ele é dividido em dois blocos de perguntas. O primeiro bloco busca identificar as principais atividades econômicas realizadas, os rendimentos e outras fontes complementares de renda, funções desempenhadas, motivações, além de aspectos como escolaridade, raça, jornada de trabalho e acesso a direitos trabalhistas. No segundo, o questionário aborda o acesso a informações técnicas, a frequência de participação em ações de capacitação, a presença em grupos de apoio às mulheres do campo e, por fim, o conhecimento das participantes sobre políticas públicas nos níveis municipal, estadual e federal.

Ao todo, foram aplicados 60 questionários, respondidos por mulheres diretamente envolvidas em atividades no campo. Vale destacar que o questionário inclui questões objetivas de múltipla escolha e que as respostas em branco não foram contabilizadas. Esses dois fatores podem resultar em variações no número de respostas para determinadas perguntas. Por estar inserido em um circuito anual dedicado a atividades, eventos e exposições voltados para produtoras e produtores rurais, a aplicação dos questionários também permite identificar possíveis lacunas nas políticas públicas para o setor primário no estado. Além disso, contribui para reconhecer potencialidades locais e para o inventário de práticas e ações nesse contexto, como o trabalho desenvolvido pela comunidade, pelos movimentos sociais e pelo poder público em cada um dos municípios.

SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISES DAS INFORMAÇÕES

Todas as respostas coletadas foram sistematizadas em planilhas eletrônicas, organizadas de forma a facilitar o acesso e a análise das informações, utilizando um programa adequado para assegurar clareza e precisão dos dados. Esse processo permitiu a disposição estruturada dos dados, favorecendo análises estatísticas descritivas dos resultados. As informações computadas foram representadas visualmente por meio de tabelas, que compõem a análise apresentada na próxima seção. Os resultados foram contextualizados com as discussões da literatura revisada e com os dados da caracterização da área de estudo.

DINÂMICAS AGROPECUÁRIAS

Foram elaborados mapas e coletados dados com base no recorte da área de estudo, que inclui as cidades onde foram aplicados os questionários. As informações, extraídas do banco de dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), referem-se aos estudos desenvolvidos pelo IBGE: (i) Censo Agropecuário de 2017, que investiga as características e atividades econômicas dos estabelecimentos agropecuários no Brasil (IBGE, 2019); e, (ii) Regiões de Influência das Cidades (REGIC) de 2018, responsável por analisar a hierarquia das cidades brasileiras, identificando os principais polos econômicos e de serviços, bem como as dinâmicas territoriais, fluxos de produtos agropecuários, serviços, pessoas e capital (IBGE, 2020). Essas informações complementam os resultados obtidos na análise dos questionários, fornecendo um contexto que pode orientar a formulação de políticas públicas voltadas à integração entre áreas urbanas e rurais, ao fortalecimento das cadeias produtivas e à redução das desigualdades regionais no acesso a investimentos públicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

PARTICIPAÇÃO NO “BOM É NA FEIRA”

O ciclo de atividades do Projeto “Bom é na Feira” ocorreu entre 17 de julho e 29 de setembro no recorte espacial estudado. Dentre os municípios participantes (Tabela 1), Sousa representou 28% das respostas dos questionários aplicados, seguido por João Pessoa e Pombal (13% cada) e Queimadas (11%). Observou-se que parte do público das palestras e cursos oferecidos não estava necessariamente envolvida com a agricultura familiar ou o agronegócio. Apesar disso, essa participação é considerada importante, dado o potencial do programa em informar participantes interessadas nas práticas desenvolvidas pelo Circuito Agro da Paraíba.

Tabela 1: Número de respostas por cidade

a) Cidades	Nº de respostas	(%)
Sousa	17	28,3
Pombal	8	13,3
João Pessoa	8	13,3
Queimadas	7	11,7
Prata	4	6,7
Itabaiana	4	6,7
Coxixola	3	5,0
Barra de São Miguel	3	5,0
Cajazeiras	3	5,0
Soledade	2	3,3
Gurjão	1	1,7

Fonte: os autores.

As respostas dos questionários indicaram que cerca de 34% das 60 participantes desenvolviam atividades agrícolas (Tabela 2), sendo responsáveis principalmente pela produção e venda dos produtos cultivados. Além disso, o grupo também desempenha atividades complementares, como artesanato e pecuária, o que sugere uma maior diversidade de ocupações e práticas que vão além da produção agrícola, possivelmente como uma forma de complementar a renda. As atividades de produção de artesanato e alimentos artesanais, como doces, bolos e conservas para comercialização, representam 20% das respostas. Já a pecuária de corte, que inclui a criação de aves, bovinos, caprinos, ovinos e suínos para a produção de carne, corresponde a 13%.

O “Bom é na Feira” se configura como um espaço de aprendizado e atualização sobre práticas e tecnologias voltadas ao campo. Nele, observamos a participação de mulheres envolvidas diretamente na assistência técnica (9%) e na atuação em cooperativas e associações rurais (3%), que são fundamentais para a difusão do conhecimento assimilado a nível local, especialmente para as pequenas propriedades, como destacado por Pereira & Castro (2022).

Tabela 2: Número de respostas por atividade desenvolvida

a) Atividades desenvolvidas	Nº de respostas	(%)
Agricultura	24	34,3
Artesanato e alimentos artesanais	14	20,0
Pecuária de corte	9	12,9
Assistência técnica	6	8,6
Produção ou venda de laticínios	5	7,1
Apicultura ou meliponicultura	3	4,3
Gestão de cooperativa ou associação	2	2,9
Outros	7	10,0

Fonte: os autores.

Na cadeia produtiva, observa-se uma diversidade de funções, com uma mesma pessoa frequentemente executando diferentes tarefas. As principais tarefas desempenhadas envolvem: produção (43%), venda (26%), divulgação (13%) e gestão e assistência técnica (8% cada), como pode ser observado na Tabela 3.

Tabela 3: Número de respostas por tema

a) Renda proveniente do setor	Nº de respostas	(%)
1 salário mínimo	21	36,8
2 a 3 salários	11	19,3
Superior a 4 salários	6	10,5
Não possui remuneração	19	33,3
b) Função na cadeia produtiva		
Produção	40	43,5
Venda	24	26,1
Divulgação	12	13,0
Gestão	8	8,7
Assistência técnica	8	8,7
c) Como entrou no setor		
Influência da família	31	48,4
Iniciativa própria	22	34,4
Contratação profissional na área	5	7,8
Falta de oportunidade	2	3,1
Outro	4	6,3
d) Nível de escolaridade		
Fundamental incompleto	14	23,3
Fundamental completo	7	11,7
Ensino médio incompleto	2	3,3
Ensino médio completo	14	23,3
Ensino superior incompleto	3	5,0
Ensino superior completo	20	33,3
e) Faixa etária		
De 20 a 29 anos	9	17,6
De 30 a 39 anos	8	15,7
De 40 a 49 anos	16	31,4
De 50 a 59 anos	12	23,5
Acima de 60 anos	6	11,8
f) Jornada de trabalho diária		
Até 4 horas	28	47,5
De 5 a 7 horas	18	18,6
De 8 a 10 horas	11	30,5
Acima de 10 horas	2	3,4
g) Acesso à direitos trabalhistas		
Salário fixo	17	23,6
Décimo terceiro	6	8,3
Férias	5	6,9
Licença maternidade	8	11,1
Nenhum	36	50,0
h) Raça		
Branca	19	31,7
Parda	32	53,3
Preta	8	13,3
Indígena	1	1,7

Fonte: os autores.

Apesar disso, quando questionadas se as atividades desenvolvidas no campo eram sua principal fonte de renda, mais da metade das participantes indicou que “não”. Foram mencionadas outras atividades que complementam o orçamento familiar, destacando-se a prestação de serviços, o funcionalismo público e as aposentadorias, além de programas de assistência social, como o Bolsa Família.

Observamos que cerca de um terço das respondentes não recebe remuneração pelas atividades desenvolvidas, ficando atrás apenas das que recebem até um salário mínimo. O baixo acesso a direitos trabalhistas – ou seja, a informalidade – e a exposição a longas jornadas de trabalho também são evidentes (Tabela 3). Schwendler (2020) discute que, nas relações de trabalho no campesinato, as atividades desempenhadas pelas mulheres, e até mesmo pelos filhos, são socialmente classificadas como “ajuda”. Esse aspecto reforça as estruturas sociais patriarcais predominantes no meio rural, onde “a categoria trabalho seria uma prerrogativa do chefe da família” (*ibid.*, 2020, p. 4), cabendo a ele também a responsabilidade pela gestão dos recursos financeiros obtidos, definindo como e quando devem ser investidos (Schwendler, 2020).

No segundo bloco de perguntas, que aborda o acesso à informação, observamos que a principal fonte mencionada é a internet (35%), seguida pela participação em reuniões técnicas, cursos ou seminários (23%). A TV e o rádio aparecem com menor frequência, citados em 16% e 12% das respostas, respectivamente (Tabela 4). Essas relações podem refletir mudanças culturais na sociedade, impulsionadas pela expansão do acesso à internet, pela maior diversidade de conteúdos disponíveis e pela preferência por práticas de aprendizagem mais ativas e dinâmicas. Quanto à frequência com que buscam acesso a informações no setor agrícola, 60% das mulheres o fazem ao longo do ano, indicando oportunidades para ampliar eventos que promovam o acesso à informação de qualidade, como os oferecidos pelo Circuito Agro Paraíba.

Tabela 4: Número de respostas por acesso à informação

a) Formas que obtêm informações técnicas	Nº de respostas	(%)
Internet	40	34,8
Reuniões técnicas, cursos e seminários	27	23,5
TV	18	15,7
Rádio	14	12,2
Revistas	5	4,3
Outros	11	9,6
b) Frequência com que se capacita dentro para o setor		
Semestral	24	40,0
Anual	12	20,0
Em intervalos de tempo maior que um ano	4	6,7
Sem frequência definida	20	33,3

Fonte: os autores.

Em relação à participação em grupos e ao universo de políticas públicas setoriais, como mostra a Tabela 5, mais da metade das mulheres indicaram fazer parte de algum grupo, destacando-se principalmente iniciativas locais voltadas às mulheres, como o Grupo Flores do Amanhecer, Até Mais Mulheres, Associação de Mulheres Águas Várzeas de Sousa e o Grupo de Mulheres Senhora da Terra.

Tabela 5: Número de respostas por participação em grupos

a) Participação em grupos dedicados às mulheres no setor	Nº de respostas	(%)
Sim	31	53,0
Não	27	47,0
b) Inventário de grupos citados pelas participantes		
Flores do Amanhecer	5	17,2
Até mais Mulheres	4	13,8
Associação de Mulheres Águas Várzeas de Sousa	1	3,4
Mulheres do Agro	1	3,4
Mulheres Senhora da Terra	1	3,4
Mulheres arroxadas	1	3,4
Não citou o nome do grupo	15	51,7

Fonte: os autores.

O conhecimento sobre políticas públicas varia consideravelmente conforme o nível (municipal, estadual e federal) (Tabela 6), onde observamos certo conhecimento sobre iniciativas do poder público, embora a origem dessas políticas seja muitas vezes desconhecida. Um exemplo é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), uma política federal frequentemente associada ao nível municipal devido à sua atuação local, assim como o programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Tabela 6: Número de respostas sobre políticas públicas

a) Conhecimento sobre políticas públicas (nível municipal)	Nº de respostas	(%)
Sim	26	45,0
Não	32	55,0
b) Conhecimento sobre políticas públicas (nível estadual)		
Sim	23	39,0
Não	36	61,0
c) Conhecimento sobre políticas públicas (nível federal)		
Sim	21	36,0
Não	37	64,0

Fonte: os autores.

Entendendo a importância da oferta de crédito para o desenvolvimento das atividades agrícolas e o incentivo à permanência das famílias dentro dessa cadeia produtiva, destacamos o baixo conhecimento sobre as linhas de crédito disponíveis, principalmente aquelas oferecidas pelos governos estadual e federal. Foram mencionados, entre outros, o Incluir Paraíba, Empreender Mulher e Fomento Mulher, no nível estadual, e o Pronaf e o Programa Fomento Rural, no âmbito federal. Essa realidade possivelmente reflete a baixa adesão às linhas de financiamento agrícola na Paraíba, como apontado pelo IBGE (2019). Conforme discutido por Pereira & Castro (2022), essas dificuldades impactam na adoção de

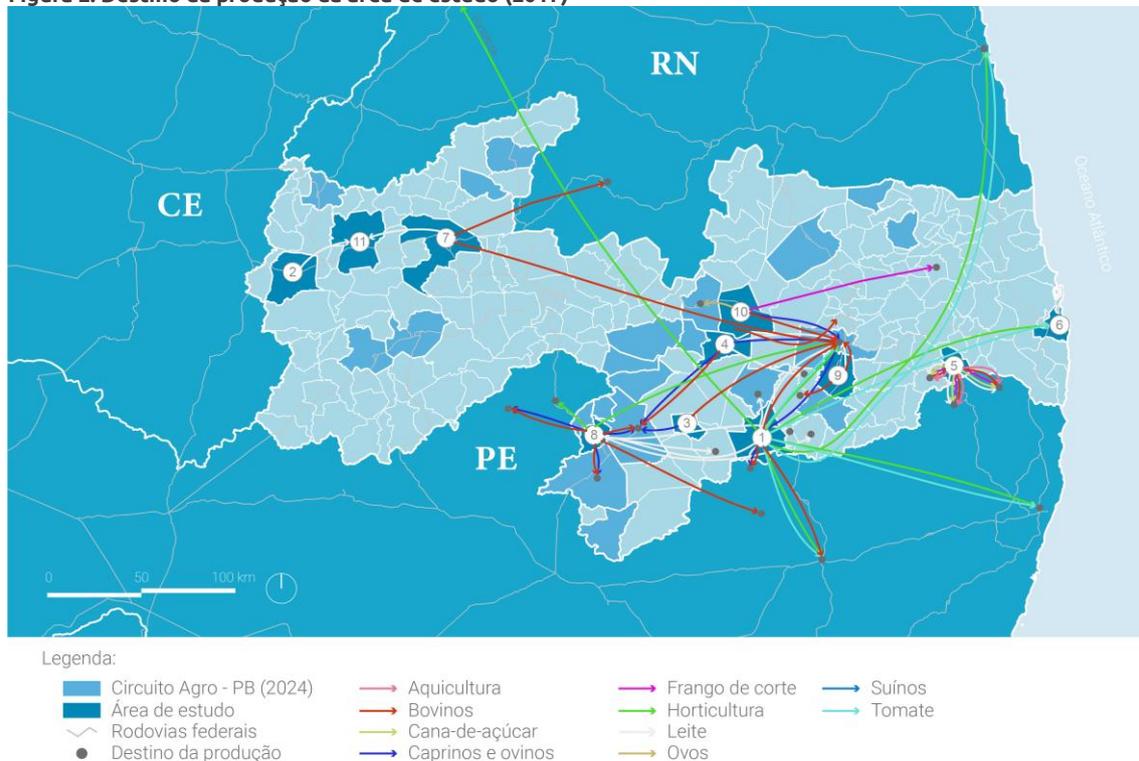
infraestrutura técnica, otimização da capacidade produtiva e, conseqüentemente, na geração de renda nos estabelecimentos agrícolas.

DINÂMICAS AGROPECUÁRIAS

O “REGIC – Regiões de Influências das Cidades 2018”, publicado pelo IBGE em 2020, investigou os fluxos entre municípios gerados pela origem dos insumos, assistência técnica e pelo destino da produção dos principais produtos agropecuários, os quais atuam como articuladores de suas próprias redes. Para cada município, foi definido um conjunto de produtos agropecuários com base no valor de produção e na contribuição de cada atividade econômica para o PIB municipal, sendo considerados até cinco produtos por localidade (IBGE, 2020).

Nos municípios que compõem a área de estudo, foram identificadas a produção de onze *commodities*: aquicultura (peixes, camarões e outros), banana, bovinos, caprinos e ovinos, cana-de-açúcar, frango de corte, horticultura, leite, ovos de galinha, suínos e tomate. Os fluxos agropecuários são apresentados na Figura 2. A análise dos fluxos entre a origem e o destino da produção desses municípios revela um total de 65 conexões com outros centros urbanos da Paraíba, além de estabelecer ligações com estados vizinhos, como Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Figura 2: Destino da produção da área de estudo (2017)



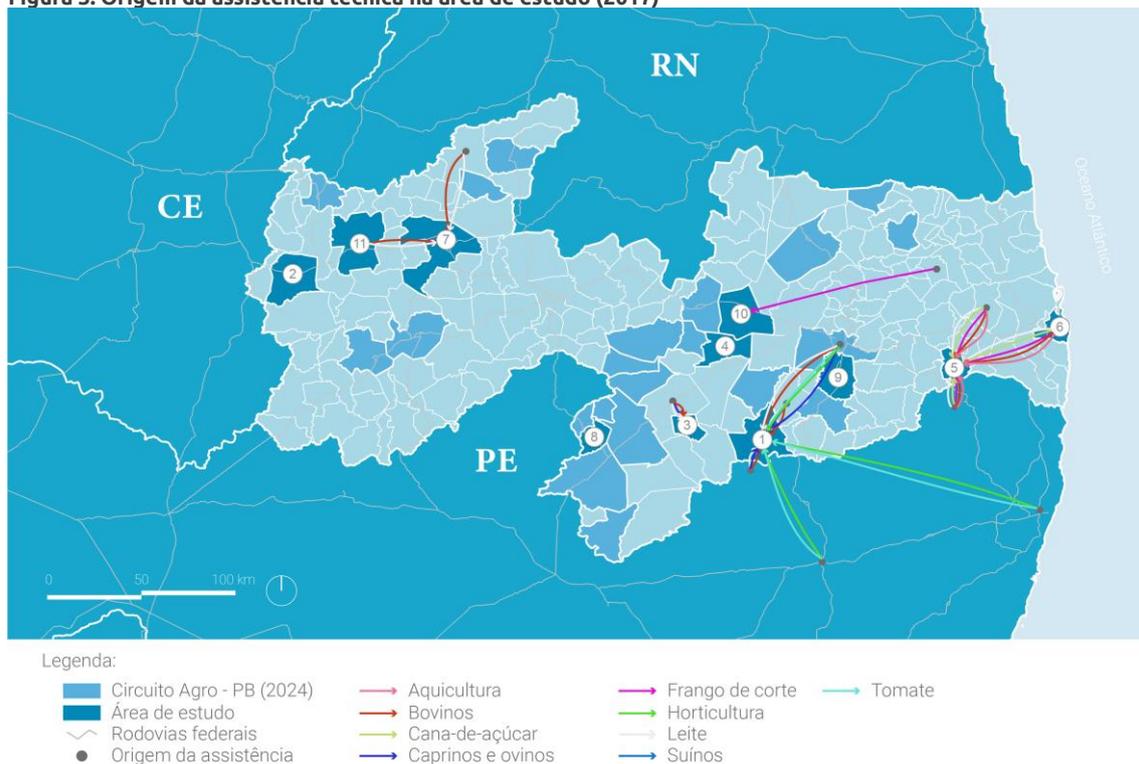
Fonte: os autores. Base cartográfica: IBGE (2017; 2023).

Nesse contexto, três principais observações se destacam: uma parte da produção é absorvida pelas demandas locais, o que pode indicar uma distribuição imediata, com variações em sua

proporção; há relações estabelecidas com mercados de municípios vizinhos; e também existem conexões com centros de maior influência regional, que possuem mercados mais amplos e, conseqüentemente, maior demanda por produtos e estruturas de distribuição. Campina Grande, classificada como Capital Regional C pelo REGIC 2018, é um exemplo de importante destino para a produção agropecuária em sua área de influência no interior do estado (IBGE, 2020).

No que diz respeito aos fluxos agropecuários que ultrapassam os limites estaduais, destaca-se a produção de horticultura e tomate do município de Barra de São Miguel. De acordo com a pesquisa, estima-se que 70% dessa produção é destinada ao mercado da capital pernambucana, Recife, enquanto João Pessoa, Fortaleza e Natal, somados, recebem cerca de 15% da produção. Embora o IBGE (2020) ressalta que a classificação não reflete uma medida exata dos percentuais, mas sim uma ordem de grandeza geral, essa classificação é útil para diferenciar os municípios de maior relevância no destino da produção, evidenciando a importância desse mercado para a produção do município.

Figura 3: Origem da assistência técnica na área de estudo (2017)



Fonte: os autores. Base cartográfica: IBGE (2017; 2023).

Ao observar as principais relações de assistência técnica no recorte espacial analisado, as informações do IBGE (2020) indicam que essas relações ocorrem predominantemente dentro dos próprios municípios. Além disso, foram identificadas conexões entre centros urbanos de hierarquia menor dentro do entorno imediato, incluindo localidades de estados próximos, como Santa Cruz do Capibaribe e Timbaúba, ambas situadas em Pernambuco (Figura 3). Em

determinados casos, essa assistência técnica é fornecida por centros urbanos com maior influência regional, como Campina Grande, Caruaru e João Pessoa e Recife.

Esse panorama é relevante por apontar de onde cada município obtém suporte técnico para as atividades agropecuárias inseridas na cadeia produtiva local. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se observam oportunidades de atuação local no segmento de assistência técnica, surgem também possibilidades de expansão desses serviços para áreas ainda não plenamente assistidas. Esse potencial de crescimento torna-se ainda mais evidente quando consideramos os avanços tecnológicos no setor primário nos últimos anos, que exercem uma influência significativa tanto nos aspectos produtivos quanto nos relacionados à sustentabilidade econômica e ambiental (Pereira & Castro, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades realizadas pelo Projeto “Bom é na Feira” têm fomentado discussões importantes no setor agrícola da Paraíba, especialmente ao abordar desigualdades de gênero e lacunas estruturais. A aplicação de 60 questionários, respondidos por mulheres diretamente envolvidas nas atividades rurais, contribui para a construção gradual de dados sobre o alcance do projeto. Esses dados ajudam a fortalecer a estrutura de oportunidades oferecida à agricultura familiar no estado. Além disso, destacam a necessidade contínua de avaliação e ajustes nas políticas públicas setoriais, um aspecto considerado crucial pela literatura para garantir sua efetividade e permanência.

As análises revelaram que, além das atividades principais, as participantes desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de atividades complementares, contribuindo para a diversificação das fontes de renda nos estabelecimentos agrícolas. Destaca-se, nesse contexto, a presença do artesanato entre as respostas. Essa dinâmica também se evidencia nas múltiplas funções que elas desempenham ao longo da cadeia produtiva, mostrando a importância de sua atuação para a sustentabilidade econômica dos empreendimentos rurais.

Apesar disso, destacam-se os desafios relacionados à distribuição dos rendimentos, já que um terço das participantes declarou não receber nenhuma remuneração pelas atividades e responsabilidades no processo produtivo. Mesmo expostas a jornadas de trabalho superiores a quatro horas diárias – o que corresponde a mais da metade das respostas –, muitas não têm acesso a direitos trabalhistas. Essa desvalorização do trabalho ocorre frequentemente no próprio ambiente familiar, conforme evidenciado nos dados. Ao mesmo tempo, cerca de 50% das participantes indicaram que ingressaram no setor por influência da família, que, em alguns casos, pode assegurar a continuidade do trabalho pelas novas gerações.

O acesso à assistência técnica é uma das principais oportunidades proporcionadas pelo projeto “Bom é na Feira”, especialmente considerando que 60% das participantes buscam capacitação no setor agrícola ao longo do ano. Reuniões técnicas, cursos e seminários surgem como espaços valiosos para aprendizado e prática, caracterizados por encontros presenciais,

dinâmicos e ricos em troca de experiências, o que potencializa a assimilação dos conteúdos apresentados.

O senso de pertencimento é fundamental para fortalecer a identidade e a autoestima. Nesse contexto, a participação em grupos voltados para mulheres na agricultura surge como uma oportunidade de promover processos que reduzam as lacunas existentes no setor. Os questionários possibilitaram a criação de um inventário de grupos de mulheres atuantes, principalmente no semiárido paraibano. Esse levantamento é especialmente relevante, considerando o desconhecimento sobre as políticas públicas voltadas para o setor, apontado por 55% a 64% das respostas, o que evidencia limitações no acesso ao crédito rural.

Os fluxos agropecuários evidenciados pelo REGIC 2018 revelam a diversidade da produção no recorte estudado, assim como os destinos dessa produção, com destaque para os mercados regionais, como as capitais estaduais e cidades médias, a exemplo de Campina Grande e Caruaru. Essas informações ressaltam o potencial do setor agrícola paraibano, especialmente ao destacar a capacidade da agricultura familiar de mobilizar a produção de alimentos por meio de práticas sustentáveis, atendendo tanto às demandas das famílias quanto dos mercados locais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. C. B.; PEREIRA, L. de A.; SILVA, L. S. C. V. da; SILVA, W. V. da; CURADO, F. F.; SILVA, B. L.; SÁ JÚNIOR, A. N.; SALDANHA, P. T. M. "Contribuições do estado da arte sobre as políticas públicas para a agricultura familiar após a agenda 2030 das Nações Unidas". **International Journal of Scientific Management and Tourism**. [S. l.], Vol. 10, N. 3, p. 1-20, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.55905/ijsmtv10n3-004>.

AQUINO; J. R. de; ALVES, M. O.; VIDAL, M. de F. Agricultura familiar no Nordeste: um breve panorama dos seus ativos produtivos e da sua importância regional. *In*: [BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) (org.)]. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental (BRUA)**. Brasília: IPEA, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/brua23art7>.

BITTENCOURT, D. M. de C. **Estratégias para a agricultura familiar: visão de futuro rumo à inovação**. Brasília: Embrapa, 2020.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos**. Campinas: UNICAMP, 2007.

CASTRO; C. N. de; PEREIRA, C. N. Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ATER. *In*: [BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) (org.)]. **Texto para discussão**. Brasília: IPEA, 2017.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA); CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). **Boletim: Mercado de trabalho do agronegócio brasileiro**. Piracicaba: CEPEA/CNA, 2023.

CLAR, C. "How demographic developments determine the management of hydrometeorological hazard risks in rural communities: The linkages between demographic and natural hazards research". **WIRES Water**. [S. l.], Vol. 6, N. 6, p. 1-20, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1002/wat2.1378>.

COUTO, V. de A; DUFUMIER, M. REIS, L. L. de M. **Agronegócio & agriculturas familiares: crítica do discurso único para dois brasis**. Salvador: UFBA, 2013.

DELGADO, N. G. "Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural". **Novos Cadernos NAEA**. [S. l.], Vol. 15, N. 1, p. 85-129, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.55905/ijstvt10n3-004>.

FORNAZIER, A.; CRUZ, K. C. M. de S.; SOUZA, A. B. de. Mercados para a agricultura familiar: políticas de compras públicas e a valorização da sociobiodiversidade alimentar brasileira. *In*: [PEDROSO, M. T. M.; BRISOLA, M. V.; NAVARRO, Z. (org.)]. **O Brasil rural: novas interpretações**. São Paulo: Editora Baraúna, 2024.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. "Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres". **Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais**. [S. l.], Vol. 1, N. 53, p. 22-34, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2020v1n53.50869>.

HORA, K.; NOBRE, M.; BUTTO, A. As mulheres no Censo Agropecuário 2017. *In*: [FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG (org.)]. **Mudança climática, energia e meio ambiente**. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Outras formas de trabalho: 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário: resultados definitivos 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de influência das cidades: 2018/IBGE**, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Em 2022, PIB cresce em 24 unidades da federação. **Agência IBGE Notícias**, 2024.

MEDEIROS, M.; PINHEIRO, L. S. "Desigualdades de gênero em tempo de trabalho pago e não pago no Brasil, 2013". **Sociedade e Estado**. [S. l.], Vol. 33, N. 1, p. 159-185, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-699220183301007>.

MELLO, P. F. Uma avaliação da reforma agrária brasileira. *In*: [PEDROSO, M. T. M.; BRISOLA, M. V.; NAVARRO, Z. (org.)]. **O Brasil rural: novas interpretações**. São Paulo: Editora Baraúna, 2024.

MELO, H. P. de; DI SABBATO, A. Gênero e trabalho rural 1993/2006. *In*: [DI SABBATO, A.; MELO, H. P. de; LOMBARDI, M. R.; FARIA, N. BUTTO, A. (org.)]. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.

PEREIRA, C. N.; CASTRO, C. N. de. Expansão da produção agrícola, novas tecnologias de produção, aumento de produtividade e o desnível tecnológico no meio rural. *In*: [BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) (org.)]. **Texto para discussão**. Rio de Janeiro: IPEA, 2022.

SANTOS, G. R. dos; SILVA, R. P. da. Diversidade na agricultura e no meio rural como base de políticas públicas. *In*: [SANTOS, G. R. dos; SILVA, R. P. da (org.)]. **Agricultura e Diversidades: trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2022.

SCHWENDLER, S. F. "A divisão sexual do trabalho no campo sob a perspectiva da juventude camponesa". **Revista Estudos Feministas**. [S. l.], Vol. 28, N. 1, p. 1-14, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n158051>.

SOUZA, P.; ALBUQUERQUE, A. de. **Agricultura familiar Brasileira: desigualdades no acesso ao crédito**. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2023.

TARGINO, I.; MOREIRA, E. de R. F. "Agricultura familiar na Paraíba: perfil com base no Censo Agropecuário de 2017". **Revista Econômica Do Nordeste**. [S. l.], N. 51, p. 133-154, 2020. DOI: <https://doi.org/10.61673/ren.2020.1267>.

¹ Ampliada pela Lei nº 14.828, de 20 de março de 2024, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais agora abrange aspectos relacionados à expansão tecnológica, inovação e desenvolvimento sustentável, tanto no planejamento quanto na execução de suas diretrizes.